

PROCESSO DE RECONHECIMENTO ÉTNICO CARNIJÓ/FULNI-Ô: ENTRE TEIAS, CONEXÕES E ALIANÇAS¹

Deisiane da Silva Bezerra

Mestra em História pelo PPGH UFCG

Professora na Secretaria Municipal de Educação-SEMED em Igaci - AL

Professora na Secretaria Estadual de Educação de Alagoas – SEDUC - AL

deisybezerra@hotmail.com

Resumo: Buscamos analisar a construção de personagens e situações para compreender a rede de relações, tecida pelo povo indígena Carnijó², atuais Fulni-ô³, habitantes em Águas Bela/PE e pelo Padre Alfredo Pinto Dâmaso, então pároco nos municípios pernambucanos de Águas Belas e Bom Conselho, que favorecidas pelo contexto histórico do país, nas esferas local e nacional, resultaram na organização de mobilizações indígenas para o reconhecimento étnico. Neste sentido, discutimos a constituição de alianças interétnicas a partir dessa organização, bem como, o ambiente sociocultural e político que propiciou esses acontecimentos. Para melhor compreender esse processo histórico foi fundamental utilizar aspectos referentes às décadas de 1920 à 1950, momento histórico em que, intermediados pelo Padre, os indígenas foram reconhecidos pelo Serviço de Proteção ao Índio/SPI, seguidos de outros povos em Pernambuco, Alagoas e Bahia.

Palavras-chave: Índios. Reconhecimento étnico. Mobilizações indígenas.

Introdução

Os anos 1920 foram o ponto de partida para este estudo, visto que, em 1921 os Fulni-ô, primeiro povo indígena no Nordeste a conquistar o reconhecimento étnico no Século XX, articularam-se com o Padre Alfredo Pinto Dâmaso, quando este partiu “dos

¹ Este texto é resultado das pesquisas para elaboração da Dissertação de Mestrado sob a orientação do Prof. Dr. Edson Silva UFPE/UFCG.

² A análise da documentação, cartas e periódicos, sugere considerar Carnijó e Carijó como sinônimos. Entre as diversas hipóteses sobre o possível significado desses etnônimos, nenhuma considerou uma definição definitiva. Porém, nos contextos regionais, numa designação genérica, compreende ao “índio domesticado”, mestiço, manso (SCHRÖDER, 2011).

³ Chamados pelos não índios de “Carnijós”, os índios habitantes em Águas Belas autodenominavam-se Fulni-ô (SILVA, 2008, p.32).

sertões de Pernambuco” para a cidade do Rio de Janeiro com o objetivo de estabelecer um diálogo com o Serviço de Proteção ao Índio/SPI, o órgão oficial responsável pelo reconhecimento dos índios. (DÂMASO, 1931, p.1).

Os processos dispostos no tempo, que ajudaram a pensar, no decorrer do texto, sobre os dispositivos usados pelo Estado para provocar a integração do índio a sociedade nacional e nas formas utilizadas para tentar apagar as diferenças socioculturais contrastivas através da submissão a sistemas de dominação tais quais, Instituições criadas pelo Estado nacional, Igreja Católica Romana, entre outras. Além, das estratégias do governo para gerir territórios através do poder tutelar sobre os índios e, em contrapartida, as estratégias indígenas para afirmação da identidade étnica e conquista de direitos políticos (OLIVEIRA, 1988).

Até então, o órgão indigenista oficial estava voltado principalmente para as Regiões Centro-Oeste e Norte do país, com o objetivo inicial de promover uma nova colonização no território brasileiro, nacionalizando os espaços que ainda não haviam sido alcançados. Buscando assim resolver o problema da falta de mão de obra, devido a abolição da escravidão negra no país, que tinha como base uma economia essencialmente agrária, adotando-se medidas para solucionar o problema, com a utilização da mão de obra indígena. Além disso, existia um interesse do Estado nacional em garantir a proteção das fronteiras do país, ao tempo que se controlava os índios empregando-os como guarda de fronteiras.

Padre Alfredo Pinto Dâmaso: a construção do mediador

Os caminhos percorridos por Alfredo Pinto Dâmaso, desdobraram-se na construção da figura do Padre e do homem, desse modo, torna-se necessário considerar aspectos importantes na análise de uma personagem inserida em processos específicos, tais como: origens familiares; espaços ocupados geográfica e socialmente; a escolaridade; a formação clerical e as relações estabelecidas nestes contextos. Aspectos da história, ainda não discutidos integralmente e, talvez não esgotados em nossa análise, aqui evocados ainda de maneira difusa, por não se tratar apenas de uma análise

biográfica. Para esse estudo foi selecionado e analisado um grande número de informações e, mesmo assim, ainda não expressa a história em sua integralidade. Porém se torna incisivo, em se tratando de uma análise de momentos escolhidos seguindo as necessidades surgidas no decorrer da pesquisa, possibilitando uma discussão mais aprofundada posteriormente. Que interessa, sobretudo, pelos caminhos percorridos e pelas mudanças que provocaram.

Distante da ideia de estabelecer como prioridade a acumulação indistinta de dados, o objetivo foi refletir sobre as articulações internas construídas e, também sobre o papel do “cenário” na construção das “personagens”. Nessa abordagem dos contextos históricos apresentaram-se problemáticas específicas, as escolhas individuais compreendidas traçando uma linha em comum com as escolhas sociais. Possibilitando assim, explorar a complexidade de relações e a multiplicidade de espaços e tempos responsáveis pela construção e representação do homem em uma situada comunidade, bem como, as intervenções no destino dela. Uma análise própria da micro-história, de baixo para cima, utilizada com o propósito de reconstituir, nos limites existentes, o vivido. Identificando estruturas invisíveis a outras abordagens historiográficas (LEVI, 2000).

Desse modo, também as condições em que foram tomadas as decisões, não se tornaram exclusivamente responsáveis por seus resultados. Muitas foram ativas e conscientes, mesmo com tais influências. Originando uma racionalidade seletiva, nos moldes da sustentada por Giovanni Levi, “uma racionalidade seletiva e limitada explica os comportamentos individuais como fruto do compromisso entre um comportamento subjetivamente desejado e aquele socialmente exigido [...]” (LEVI, 2000, p.46),

Nessa perspectiva, a experiência vivida pelo Padre Alfredo Pinto Dâmaso, destacando as intervenções para o reconhecimento étnico dos índios no Nordeste, mais especificamente, a atuação junto aos Fulni-ô, com os quais conviveu desde a posse nas paróquias de Bom Conselho e Águas Belas em Pernambuco. O êxito alcançado nos sugeriu que suas propostas foram amplamente aceitas e incorporadas pelos indígenas, possibilitando àquele povo a continuidade da organização diante de um objetivo

específico, com mais probabilidades de atingi-lo, estimulando-os nas ações subsequentes.

Como não se trata de uma pesquisa sobre situações ocorridas em décadas recentes, a narrativa foi elaborada de acordo com as informações analisadas nas fontes disponíveis. Entrevistamos um número limitado de pessoas participantes no processo. As conexões entre os aspectos envolvendo estratégias, escolhas, confiança e reciprocidade foram sugeridas pelas fontes. Porém, ocorreram imprecisões e ausências na falta de documentação sobre o período específico, com impedimentos na “reconstrução” das situações apresentadas. Portanto, as análises pautaram-se em situações evidenciando conexões por meio de favores, trocas e proteções.

Essas situações evidenciaram um poder conquistado durante o percurso das ações. Em um caminho construído com bases firmes como o prestígio, as relações estratégicas e a capacidade de intermediações ao instituir possíveis relações alternativas entre os índios e o Estado. Nesse caminho, foi necessário pesar também a adesão, aparentemente voluntária as causas decisivas em determinados contextos históricos. Mesmo em uma sociedade profundamente hierarquizada, com papéis bem definidos, mecanismos próprios de ascensão social e *status* social diretamente relacionados às formas de inserção na sociedade. Espaços foram conquistados por uma personagem atípica, como o Padre Alfredo Dâmaso, provocadora de mudanças e rupturas.

A capacidade atribuída ao Padre Alfredo, esteve interligada às garantias de relativa segurança que sua presença proporcionou aos índios. Com mediações evidentes e usos explícitos dos espaços locais abertos pelos conflitos entre posseiros, autoridades locais e índios, formando sua área de atividade, explicando as razões de seu sucesso o mantendo em pleno exercício de funções até sua morte. Quando em resposta às suas contribuições, as memórias de seus feitos transformaram-se em reserva concreta, porém imaterial, socializada por gerações entre os Fulni-ô. Imersos em uma cultura social de solidariedades, conflitos e proteção, socializaram essa herança imaterial aos quais as lembranças alcançaram (LEVI, 2000).

O Padre Alfredo Pinto Dâmaso, então Pároco nos citados municípios, nasceu em janeiro de 1881 no Engenho Furado, município de São Miguel dos Campos, em

Alagoas. Viveu a infância no Engenho São Francisco do Cariri pertencente a sua família, localizado no município de Boca da Mata/AL (DÂMASO, 2010). Conheceu a dinâmica do funcionamento do engenho, incluindo a presença de trabalhadores sazonais de diversas partes de Alagoas, assim como, de estados vizinhos, mão-de-obra muitas vezes composta por índios, o que sugere o contato inicial do futuro padre com esses indivíduos (SILVA, 2008, p.218).

Iniciou sua formação primária em 1890 com uma professora particular. Foi levado pelo Padre Júlio de Albuquerque, para concluir essa formação em escola pública, em 1895, na cidade de Alagoas/AL, atual Marechal Deodoro, de onde saiu para iniciar os preparativos para o sacerdócio no ano seguinte. Em 1897, começou a fazer os preparatórios com o Padre Capitulino de Carvalho e o Dr. Verçosa Jacobina, que lhe ensinou português, francês e latim (DÂMASO, 2010).

Observamos que o contato do futuro padre com a Igreja Católica Romana ocorreu desde a formação primária, o que não era uma prática incomum na época, principalmente em se tratando da Educação em Alagoas em fins do século XIX. O acesso à educação formal e a um posterior ensino superior, era limitado, quase nulo, no interior de Alagoas naquela época (FERREIRA, 2009). Porém, o modo particular de se relacionar com os representantes da Igreja Romana, proporcionou-lhe uma condição de destaque e contribuiu para seu êxito, também em outros setores.

A postura do Padre pode ser compreendida no ponto de vista social, quando analisada a documentação emitida e recebida pelo religioso no período. Destacando-se, pelo o teor público, a carta “Pelos índios. O Serviço de Proteção aos Índios e a Tribu dos Carijós”, publicada em *O Jornal* no Rio de Janeiro em 1931. Nesse sentido, apesar de sua posição na sociedade da época e as boas relações, o religioso fazia questão de evidenciar a aproximação com os índios Fulni-ô e denunciar as injustiças cometidas contra aqueles “infelizes patrícios”. Muitas vezes confrontando-se com pessoas politicamente e economicamente poderosas na região.

Respeitado pelas origens familiares, na trajetória na Igreja Romana, galgou a formação secundária e superior no Seminário de Olinda e no decorrer conquistou a posição de Conselheiro Clerical. Como cidadão participante nas dinâmicas locais e

regionais, alistou-se como Capelão Militar na Revolução de 1930, sob as ordens do Tenente Juarez Távora⁴, braço direito do Presidente Getúlio Vargas. Portanto, transitou sobre vários setores da sociedade, destacando-se.

Com a vacância do Bispo Dom Mário de Miranda Vilas Boas, transferido da Diocese de Garanhuns/PE para a de Belém/PA em setembro de 1944⁵, o Padre Alfredo Dâmaso foi eleito Vigário Capitular, permanecendo nessa função até a posse do novo Bispo, Dom Juvêncio Brito em 1946⁶, quando ficou como seu auxiliar, acumulando às suas funções na Paróquia de Bom Conselho/PE.

A análise da documentação evidenciou que sua trajetória além, da vida religiosa, mas não distante dela, sugere em vários contextos a inclusão num sistema de reciprocidades. Como observado em trechos de correspondências citados a seguir.

Ao querido amigo e sincero revolucionário padre Dâmaso – o Juracy agradece e retribui a felicidade de 1931. Sua pessoa, em meu coração de amigo, ocupa um lugar de relevo. Espero que, no decorrer do ano que se inicia Deus nos permita vêr o nosso Brasil ascender ao lugar que lhe compete ao concerto das Nações. Abraços muito afetuosos (TÁVORA, 1931).⁷

Podendo assim, atestar o êxito da sua experiência como Capelão Militar na Revolução de 1930. Resultando em importantes laços advindos das relações firmadas naquele contexto.

Reverendo, que vos beije a mão na invocação que assim faço da santa aliança que Augusto Comte sonhou dos católicos com os positivistas sob a inspiração da regeneração social para maior glória de Deus e da Humanidade, convencido como estou, dos ensinamentos do Grande Mestre de que a Religião é uma Instituição doutrinária e indivisível,

⁴ A análise da documentação do acervo do Memorial Padre Alfredo Pinto Dâmaso, sugere o contato e posterior convívio com o Tenente Juarez Távora, durante o período em que o sacerdote serviu na Coluna Juarez-Juracy Magalhães, bem como, a eventual troca de correspondências.

⁵ Site da Diocese de Garanhuns. Disponível em: <http://www.diocesegaranhuns.org/novo/bisposanteriores.php>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

⁶ Idem.

⁷ O trecho citado da referida carta foi encontrado no Pronunciamento do Deputado Federal Oséas Cardoso na Câmara dos Deputados. **Em memória do Padre Dâmaso**. Departamento de Imprensa Nacional. Brasília, em 17 de julho de 1964. Disponível no Memorial Padre Alfredo Pinto Dâmaso, Bom Conselho/PE, 2010.

sujeita, como todos os fenômenos da Ordem universal, às invioláveis leis dos três estados que regem os fenômenos da inteligência e da sociabilidade. Acreditai na sinceridade do vosso amigo muito grato e servo na Humanidade (RONDON,1931).⁸

Também o chefe da Segunda Seção do SPI, Antônio Estigarribia enviava com certa frequência correspondências ao Padre Alfredo Dâmaso. Diminuída a importância dos Inspetores do órgão governamental assim como os recursos que lhe fora destinado, expressava seu descontentamento por carta em 1932⁹ pelas ações do governo Vargas. Ao final despediu-se de maneira fraterna, evidenciando a estreita relação com o Padre: “Meu grande abraço e muita saudade [...] do seu, muito amigo, Antônio Estigarribia”. Anos depois, em 1941¹⁰, pedia-lhe um relatório referente aos Pankararu, índios os quais por meio de suas relações com os Carnijó/Fulni-ô, estabeleceram contato com o Padre Alfredo Pinto Dâmaso no início dos anos 1920, que em apoio as suas reivindicações, resultou no reconhecimento étnico dois anos depois do envio desse relatório.

Registrado também o contato do sacerdote com altos funcionários do Estado, como o Chefe da Inspeção do Trabalho em Recife/PE, Cildo Meirelles, quando no ano de 1936¹¹, o inspetor expressava seu agradecimento: “Muito agradecido lhe fico também pela lembrança que teve de me escrever e de mandar-me as referências boas, mas sem dúvidas generosíssimas, que de minha humilde pessoa lhe fez Dona Maria Luiza Jacobina”.

O contato com o Tenente Coronel Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos, então Diretor do SPI, com datação provável de fins dos anos 1930,¹² em carta parabenizando-lhe pela nomeação para o posto, ao tempo que lamentava os prejuízos sofridos pelo SPI, após a Revolução de 1930, expondo o estado de extrema

⁸ Carta do General Rondon em ??/1931 ao Padre Alfredo Pinto Dâmaso. Disponível no memorial Padre Alfredo Pinto Dâmaso, Disponível no Memorial Padre Alfredo Pinto Dâmaso, Bom Conselho/PE.

⁹ Carta de Antônio Estigarribia, Inspetor do SPI em 09/09/1932, ao Padre Alfredo Dâmaso. Disponível no Memorial Padre Alfredo Dâmaso, Bom Conselho/PE.

¹⁰ Carta de Antônio Estigarribia, Inspetor do SPI em 09/09/1941, ao Padre Alfredo Dâmaso. Disponível no Memorial Padre Alfredo Dâmaso, Bom Conselho/PE.

¹¹ Carta de Cildo Meirelles, Chefe da Inspeção do Trabalho em Recife/PE em 09/09/1936, ao Padre Alfredo Dâmaso. Disponível no Memorial Padre Alfredo Dâmaso, Bom Conselho/PE.

¹² Carta do Padre Alfredo Pinto Dâmaso ao Tenente Coronel Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos, Diretor do SPI. [193?]. Disponível no Memorial Padre Alfredo Dâmaso, Bom Conselho/PE.

miséria que se encontrava o PI Dantas Barreto. Finalizou pedindo sua ajuda para amenizar aquele problema. Nessa leitura, evidencia-se o descontentamento do Padre com as atitudes governamentais pós Revolução de 1930. Numa análise rápida sobre o período, percebemos que se tratava da gestão Vargas e deste modo, foi interessante compreender que a postura do religioso não era de firmar um embate frontal com o Chefe de Estado, pois certamente não era a decisão mais inteligente a ser tomada. E sim, buscar recursos menos enérgicos para conseguir o apoio possível para o PI e consequentemente aos índios.

Em carta a Getúlio Vargas em 1945, em plena Segunda Guerra Mundial, mesmo idoso se voluntariou na tentativa de outra vez servir a pátria. O Padre referiu-se a uma visita ao Presidente, em nome do SPI, quando intercedeu pelos índios, afirmando que na ocasião Vargas “Prometeu amparar e salvar, como patrioticamente o tem feito até o presente.”¹³ Finalizava a carta, certificando-se de não ser mal interpretado: “Acredito que Vossa Exa. Acreditará na sinceridade do meu oferecimento, e que não verá nas minhas palavras outro sentido a não ser – servir ao Brasil”¹⁴.

De acordo com a análise da documentação consultada, o Padre Alfredo Pinto Dâmaso foi atuante junto aos índios, ao SPI e na Igreja Católica Romana. Em 1955 foi nomeado Consultor Diocesano por Dom Francisco Expedito Lopes, o Bispo da Diocese de Garanhuns/PE, reafirmando o papel de destaque a Igreja Romana.

A atuação do Padre Alfredo foi permeada por relações influentes nos âmbitos social, religioso, militar e político, favorecendo a escolha dos índios para intervir em seu favor. Falecendo no Recife/PE em junho de 1964, após sua morte ocorreram reflexos destas relações. Na Câmara Federal foi realizado um discurso póstumo pelo Deputado Federal Oséas Cardoso, intitulado “Em memória do Padre Dâmaso”, no qual afirmou “com 83 anos, fechou os olhos para eternidade o meu ilustre e saudoso amigo

¹³ O trecho citado da referida carta foi encontrado no Pronunciamento do Deputado Federal Oséas Cardoso na Câmara dos Deputados. **Em Memória do Padre Dâmaso**. Departamento de Imprensa Nacional. Brasília, em 17 de julho de 1964. Disponível no Memorial Padre Alfredo Dâmaso, Bom Conselho/PE.

¹⁴ Idem.

Monsenhor Alfredo Pinto Dâmaso, sacerdote cujo nome projetou-se pelos seus valiosíssimos serviços prestados à Pátria, de maneira incomum no Brasil inteiro”.¹⁵

Os Carnijó/Fulni-ô: estratégias e resistências.

Situado numa região entre montanhas, fronteira entre as matas de Bom Conselho/PE e a bacia do rio Ipanema, a região do município de Águas Belas/PE é um espaço de transição entre Sertão e Agreste pernambucano, o chamado atual Semiárido. O difícil acesso sugere a tentativa dos indígenas em fugir da expansão colonial portuguesa com a criação de gado e a agricultura extensiva praticada pelo colonizador, que avançava, reprimia e perseguia os índios que tentavam resistir (LINDOSO, 2011). O Município de Águas Belas está localizado na fronteira entre os estados de Pernambuco e Alagoas, contabilizando uma população de 40.235¹⁶ habitantes sendo 4.689 índios, segundo o Censo IBGE/2010¹⁷.

A aldeia-sede Fulni-ô tem o padrão organizacional semelhante a um bairro da cidade de Águas Belas, com o diferencial de ser habitada quase exclusivamente por índios, com algumas exceções, em virtude de casamentos interétnicos. Dividida em pequenos lotes, com casas de alvenaria, ruas não calçadas que como afirmam os índios, foi uma escolha deles por motivos relacionados às suas expressões socioculturais. Com ressalva apenas da praça central, apresentando calçamento, localizada em frente à igreja na aldeia, onde está afixada a estátua do Padre Alfredo Pinto Dâmaso idealizada e custeada pelos Fulni-ô. A proximidade física com a cidade, favorece as trocas interétnicas mais intensas, porém, observa-se as fronteiras étnicas estabelecidas pelos índios, em meio a fatores socialmente relevantes como o processo histórico de reafirmação étnica, externado pelo sentimento de pertencimento, não pautado unicamente em traços diacríticos, mas em uma identidade entendida e afirmada por aquele povo (BARTH, 2011).

¹⁵Pronunciamento do Deputado Federal Oséas Cardoso na Câmara dos Deputados. **Em Memória do Padre Dâmaso**. Departamento de Imprensa Nacional. Em 17/04/1964.

¹⁶<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/aguas-belas/panorama>. Acesso em: 12/10/2017.

¹⁷<https://terrasindigenas.org.br/es/terras-indigenas/3667>. Acesso em: 12/10/2017.

Localizado no Vale do Ipanema, o aldeamento foi registrado desde o século XVIII, sendo os índios conhecidos pelo etnônimo Carnijó ou Carijó. O território indígena compreende atualmente uma área de 11.500 mil hectares¹⁸ sob domínio indígena. A definição da situação jurídica territorial dos Fulni-ô, encontra diversas barreiras devido à ausência de informações que apenas começaram a ficar mais acessíveis a partir do século XX, com a ação do órgão indigenista oficial (SPI). Embora no Decreto Estadual nº637, de julho de 1928, haja um reconhecimento da doação feita pelos atos da Coroa portuguesa e Império, existem vários impasses, como arrendamentos por posseiros, a inclusão da área urbana nesse processo, dentre outros, que dificultam a definição de limites deste território. ATLAS DAS TERRAS INDÍGENAS DO NORDESTE (1993, p.16).

Em narrativas os habitantes locais afirmam que um morador de Santo Antão da Mata, chamado João Rodrigues Cardoso, teria fundado uma povoação junto a Serra do Comunati, próximo a uma lagoa, portanto chamada povoação da Lagoa, primeiro núcleo de povoamento não-indígena, oficializado em 1832. Teria acontecido uma expansão urbana e posteriormente àquela povoação foi elevada à categoria de município com o nome de Águas Belas. Inicialmente, teve como ponto central a Capela da Santa Cruz e as boas relações com os nativos, propiciaria a doação de um terreno para construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição. A aldeia indígena mantinha-se independente da povoação, cujos moradores pagavam foro ao pároco, exceto os índios (PINTO, 1956).

Os processos históricos vivenciados pelos povos indígenas no Nordeste, foram marcados pelos esbulhos dos territórios indígenas, de forma mais evidente no período em que os antigos aldeamentos foram extintos e suas terras declaradas devolutas após a promulgação da Lei de Terras em 1850. Sendo autorizado posterior aforamento e venda das terras que o governo declarasse “abandonadas” pelos índios.

Em Pernambuco, foram extintos os aldeamentos em 1875, dentre os quais o aldeamento do Ipanema, localizado no município de Águas Belas, onde viviam os Carnijó/Fulni-ô. Desse modo, os aforamentos aconteciam por meio “lícito”. Os terrenos

¹⁸ **ATLAS DAS TERRAS INDÍGENAS DO NORDESTE**. Rio de Janeiro: PETI. UFRJ, 1993. p.8-11. Acesso em: 14/11/2018.

foram demarcados, num total de 113 lotes, porém, respeitando o pertencente a Capela. Cada lote media 302.500m². Conforme a cidade crescia, a apropriação do território pelos “brancos” foi ocorrendo por meios menos lícitos, aumentando a animosidade entre índios e não-índios e o número de violências contra os primeiros (PINTO, 1956).

Mesmo após a extinção dos aldeamentos, justificada pela afirmação de não existirem mais índios, ocorriam relatos sobre reclamações de lideranças dos Carnijó/Fulni-ô, em 1904, quando, organizaram formas de resistência por meios formais. Em resposta a essas reclamações, o Governador Sigismundo Gonçalves a respeito da situação jurídica dos “silvícolas”, habitantes nas terras do antigo aldeamento afirmou: “não havia razão (argumentava o Governador) para destituir os atuais habitantes em benefício de outros” (PINTO, 1956, p.16). Desse modo, em 1914 foram devolvidos os lotes aos Fulni-ô, ocorrendo devolução para o Estado apenas no caso de abandono do território por parte dos ocupantes (PINTO, 1956).

Quando em 1918, com a posse do Padre Alfredo Pinto Dâmaso nas paróquias de Bom Conselho e Águas Belas, foram fortalecidas as manifestações, firmando-se uma aliança efetiva entre o sacerdote e os índios até a época da morte do religioso. Essa articulação resultou no reconhecimento étnico oficial dos Fulni-ô pelo SPI. Em 1924, de acordo com relatos do Padre encontrado na documentação consultada, o órgão instalou o Posto Indígena (P.I.) General Dantas Barreto, nome em homenagem ao ex-Presidente¹⁹ de Pernambuco (1911-1915). Com o reconhecimento oficial dos Fulni-ô, tornaram-se ainda mais frequentes as reclamações de posseiros afirmando inexistência de índios naquela localidade.

A partir da interferência do SPI destacaram-se nomes como o de Antonio Estigarribia, que assumiu a defesa dos indígenas. Nesse período, Estácio Coimbra, Governador de Pernambuco na época, foi o árbitro entre índios, posseiros e município.

Os índios Fulni-ô relatam que o Padre Alfredo tinha um temperamento forte, era destemido e obstinado, fundou na aldeia uma escola, cujo nome fazia homenagem ao General Cândido Mariano Rondon, incentivando assim a inserção da educação

¹⁹Expressão utilizada na época para o atual cargo de Governador do Estado.

formal entre os indígenas. Porém, acreditava na importância da manutenção do idioma Yatê e, por isso, insistia com os índios, para não deixarem que “tirassem sua língua e sua religião, o Ouricuri”²⁰. Nessa perspectiva, Dona Ana Lúcia recordou: “Quando nois ía pro nosso ritual, ele vinha celebrar a missa[...] e dizia pra nois não deixar a nossa língua: Yatê”.

Diferente de outras experiências missionárias, apesar de celebração de missas e ensino da catequese cristã, não encontramos indícios de uma atuação coercitiva do Padre Alfredo para condenar as crenças e práticas religiosas indígenas. Apesar de atuar na aldeia, o sacerdote respeitava os momentos de retiro religioso dos indígenas com a exclusividade de índios no local do ritual, e como relatam os Fulni-ô recusou-se a participar, mesmo quando convidado. Ainda de acordo com esse povo, o padre foi o único “branco” a receber o convite para participação naquele ritual. Em justificativa, dizia o religioso que àquele era um lugar apenas dos índios. Desse modo, sem utilizar de imposições, o Padre conseguiu evitar a repulsa do povo Fulni-ô as pregações católicas romanas.

Após o reconhecimento oficial, embora em melhor situação jurídica, os índios ocupavam terras acidentadas e pouco férteis, sendo melhor para criação de animais do que propriamente para agricultura. Por essa razão, o órgão indigenista oficial, instalou naquele território três fazendas de gado, onde também se criava zebus puro sangue. Cada núcleo de povoamento possuía um açude. Porém, mantinham também uma reserva ambiental para evitar o desaparecimento da vegetação local. Contavam também com um caminhão que conduzia os produtos indígenas para Garanhuns (PINTO, 1956, p.19-20).

Mesmo antes da aliança firmada com o Padre Alfredo Dâmaso, os Carnijó/Fulni-ô utilizavam estratégias, para interferir de alguma forma no cenário local e garantir a permanência nas terras do antigo aldeamento. Porém, enfrentaram dificuldades frente as autoridades locais e provinciais, pois estas apoiaram-se numa imagem de mestiçagem dos índios para justificar a invasão das terras indígenas (DANTAS, 2010).

²⁰Nomeação da religião Fulni-ô pelos indígenas e, também ao local onde acontecem as práticas religiosas.

Em meio aos processos de misturas étnicas, os índios agregaram aspectos de outras expressões socioculturais em um processo de reelaboração da identidade étnica, considerando relações com o passado e os contextos históricos onde estavam inseridos. Apropriando-se, por vezes, da legislação imperial para embasar reivindicações, ao tempo em que se organizaram coletivamente e firmaram alianças, transpondo as exigências do órgão indigenista oficial para o reconhecimento étnico (OLIVEIRA, 1998; DANTAS, 2010).

Num contexto social da extinção dos aldeamentos em Pernambuco nas últimas décadas do Século XIX e o reconhecimento étnico oficial nas primeiras décadas do século XX, período em que o Estado absorvia a problemática nacional de transição entre Império e República e uma legislação agrária que atendia os interesses dos grandes proprietários de terras, foi extinto o aldeamento de Ipanema; descaracterizados os Fulni-ô sob a justificativa de serem índios misturados, mestiços ou caboclos e lhes foi negado, providencialmente, o direito à terra.

O contato com o Padre Alfredo Pinto Dâmaso, apesar de não caracterizar o início das reivindicações dos Carnijó/Fulni-ô por seus direitos, possibilitou e favoreceu a continuidade de ações anteriores, potencializando-as. Deste modo, os índios se fortaleceram o suficiente para, em meio a essa aliança, elencar uma nova etapa da história mediante a conquista do reconhecimento oficial, em uma condição juridicamente mais favorável (LIMA, 1995). Embora, a instalação do PI pelo SPI não tenha garantido a demarcação do território reivindicado, conferindo aos índios uma pequena parte desse (DANTAS, 2010). As relações entre índios e fazendeiros nos anos seguintes, foram permeadas por conflitos constantes. E apesar das violências praticadas pelos invasores, por vezes respondidas, mas nem sempre em proporcional intensidade, continuaram as mobilizações indígenas nas retomadas dos territórios no Nordeste brasileiro (LIMA, 1995).

Considerações finais

A compreensão sobre o processo histórico onde ocorreram as emergências étnicas indígenas no Nordeste, está vinculada a análise dos fatores que contribuíram para que ocorressem. Considerando o protagonismo dos índios, imbuídos de persistência e resistência que elaborando estratégias²¹, vivenciaram processos de reconhecimento étnico favorecidos pelo contexto sociocultural e político no país. Os indígenas se mobilizaram para serem reconhecidos oficialmente, cientes das ações do SPI enquanto órgão estatal atuando junto aos indígenas em outras regiões do Brasil, perceberam a necessidade de estabelecer alianças e mediações para tornar possível os diálogos com o Estado e suas instituições. E nessa perspectiva o Padre Alfredo Dâmaso atuou para que essas relações ocorressem, em um período de profundas mudanças, sucedido pela fase de transição sociopolítica mais drástica na década de 1930.

As iniciativas do Padre Alfredo Dâmaso junto aos Fulni-ô, não somente possibilitaram a presença do órgão indigenista oficial no território indígenas, configurando um posterior reconhecimento oficial dos índios, mas também, contribuiu para uma redefinição da política indigenista, que a partir de então, também estaria voltada para o Nordeste brasileiro.

As alianças foram pensadas e construídas em um determinado espaço geográfico, em resposta aos contextos nacionais e locais. Analisando essas situações, foram percebidas as conexões entre situações e as personagens, evidenciando que as conexões foram pensadas estrategicamente, de acordo com as necessidades e interesses das personagens envolvidas nesses processos. Deste modo, foram tecidas as conexões complexas e não aleatórias, servindo ao propósito dos índios e seus aliados, favorecendo as ações necessárias para efetivar a conquista de direitos.

Neste contexto, percebemos os povos indígenas como sujeitos nesse processo, ao identificarem no momento histórico a oportunidade de se organizar e promover mobilizações para o reconhecimento de direitos, favorecidos pela constituição de

²¹ Entende-se o conceito de estratégia na perspectiva de Certeau (2013, p.45): “o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que o sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico”.

alianças interétnicas. Não sendo apenas objeto de imposições, mas participantes efetivos nas mudanças ocorridas, criando estratégias para a sobrevivência étnica e física, desencadeando nos processos específicos que os interessavam, destacando-se o reconhecimento oficial pelo SPI. O processo histórico vivenciado pelos Carnijós/Fulni-ô foi bastante emblemático para compreendermos os índios na História no Nordeste do Brasil.

Referências

ATLAS DAS TERRAS INDÍGENAS DO NORDESTE. Rio de Janeiro: PETI. UFRJ, 1993. p.8-11. Acesso em: 14/11//2018.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: morar e cozinhar.** 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

DANTAS, Mariana Albuquerque. **História dinâmica social e estratégias indígenas: disputas e alianças no Aldeamento do Ipanema em Águas Belas.** Pernambuco. (1860-1920). 2010. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, 2010. p. 157.

FERREIRA, Gilberto Geraldo. **A educação dos Jiripancó: uma reflexão sobre a escola diferenciada dos povos indígenas de Alagoas.** Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Alagoas: Maceió, 2009. p. 168.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/aguas-belas/panorama>. Acesso em: 12/10/2017.

<https://terrasindigenas.org.br/es/terras-indigenas/3667>. Acesso em: 12/10/2017.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1995.

LINDOSO, Dirceu. **O grande Sertão: os currais de boi e os índios de corso.** Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar.** São Paulo: Marco Zero, 1988.

_____. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **Mana**, vol.4, n.º.1, p.47-77, abr. 1998.

PINTO, Estevão, 1956. **Etnologia brasileira: Fulni-ô – os últimos tapuias**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SILVA, Edson H. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. Tese de Doutorado em História. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, SP, 2008.

Site da Diocese de Garanhuns. Disponível em:
<http://www.diocesegaranhuns.org/novo/bisposanteriores.php>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

Documentação Consultada

DÂMASO, Moacir. **Dados bibliográficos**. Disponível no Memorial Padre Alfredo Pinto Dâmaso, Bom Conselho/PE, 2010. Disponível no Memorial Padre Alfredo Pinto Dâmaso, Bom Conselho/PE.

DÂMASO, Pe. Alfredo Pinto. **Pelos Índios. O Serviço de Protecção aos Índios e a tribo dos Carijós no sertão de Pernambuco**. Rio de Janeiro, SPI, 1931. Disponível no Memorial Padre Alfredo Pinto Dâmaso, Bom Conselho/PE.

Carta do General Rondon em ??/1931 ao Padre Alfredo Pinto Dâmaso. Disponível no memorial Padre Alfredo Pinto Dâmaso. Disponível no Memorial Padre Alfredo Pinto Dâmaso, Bom Conselho/PE.

Carta de Antônio Estigarribia, Inspetor do SPI em 09/09/1932, ao Padre Alfredo Dâmaso. Disponível no Memorial Padre Alfredo Dâmaso, Bom Conselho/PE.

Carta de Antônio Estigarribia, Inspetor do SPI em 09/09/1941, ao Padre Alfredo Dâmaso. Disponível no Memorial Padre Alfredo Dâmaso, Bom Conselho/PE.

Carta de Cildo Meireles, Chefe da Inspetoria do Trabalho em Recife/PE em 09/09/1936, ao Padre Alfredo Dâmaso. Disponível no Memorial Padre Alfredo Dâmaso, Bom Conselho/PE.

Carta do Padre Alfredo Pinto Dâmaso ao Tenente Coronel Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos, Diretor do SPI. [193?]. Disponível no Memorial Padre Alfredo Dâmaso, Bom Conselho/PE.

Pronunciamento do Deputado Federal Oséas Cardoso na Câmara dos Deputados. **Em Memória do Padre Dâmaso**. Departamento de Imprensa Nacional. Em 17/04/1964.